

e impedimentos de ambos, é designada a vice-presidente Dr.ª Maria Angélica Mecheiro de Almeida Carvalho para me substituir.

15 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4923/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço à Dr. Fernando Jorge Lopes Gomes da Silva, nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, da Câmara Municipal de Fafe, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 250, de 23 de Outubro de 2004, e termo de aceitação da mesma data, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4924/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço à Dr.ª Vera Maria Nunes Belo Marques, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário, transferida da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho para a Câmara Municipal de São João da Madeira, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 234, de 4 de Outubro de 2004, e termo de aceitação de 1 de Setembro de 2004, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4925/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao Dr. Ricardo Jorge Lobo Ribeiro, nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 180, de 2 de Agosto de 2004, e termo de aceitação da mesma data, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4926/2005 (2.ª série). — Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 3 do artigo 157.º daquele diploma que, por despacho do Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Odemira é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

António Manuel Pereira Sabino.
António Manuel Ramos.
José Godinho Rodrigues Correia.

Representantes dos agricultores:

António Inácio Lourenço Guerreiro.
António Manuel Samora.

Representante das ZCT do concelho:

João Falcão Malheiro Garcia.

Representante das associações de defesa do ambiente:

Carlos Alberto Marques Pinto Pereira.

Autarca da freguesia:

João Manuel dos Reis Guerreiro.

Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais:

Luís Miguel Loução Guerreiro Vilhena.

Representante do Instituto da Conservação da Natureza:

Carlos Braga.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais, pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

23 de Fevereiro de 2005. — Pelo Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Luís António Pires Pinheiro*, Secretário de Estado das Florestas.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 46/2005. — *Listagem de subsídios concedidos no 2.º semestre de 2004 pelo Gabinete do Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:*

Beneficiário	Montante (em euros)	Data de decisão
1 — Associação Portuguesa de Horticultura . . .	5 000	23-7-2004
2 — Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal	10 000	27-7-2004
3 — CAP — Conf. dos Agric. de Portugal . . .	59 166	25-11-2004

21 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho n.º 4927/2005 (2.ª série). — Em conformidade com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro, no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), na sua reunião de 18 de Fevereiro de 2005, deliberou:

1 — Delegar no Dr. José Fonseca Esteves, director-coordenador das ajudas às superfícies, a competência para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CE) n.º 2702/1999, relativo a acções de informação e promoção a favor de produtos agrícolas em países terceiros, e do Regulamento (CE) n.º 2826/2000, relativo a acções de informação e promoção a favor dos produtos agrícolas no mercado interno.

2 — Delegar no Dr. José Egídio Barbeito, director-coordenador das ajudas aos animais, a competência para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2174/92, da Comissão, de 30 de Julho, que estabelece as normas de execução da ajuda à armazenagem privada de queijos Ilha e São Jorge, bem como para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, da Comissão, de 29 de Outubro, que estabelece as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da Comunidade.

3 — Delegar nos dirigentes a seguir discriminados:

Dr. Guilherme Lagido Domingos, director regional de Entre Douro e Minho;
Dr.ª Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, directora regional de Trás-os-Montes;
Dr. Fernando Augusto Gomes da Cruz, director regional da Beira Litoral;
Dr. Manuel Lopes Marcelo, director regional da Beira Interior;
Dr. António José Hilário Ferreira, director regional do Ribatejo e Oeste;

Dr. Maria Luísa M. B. Silva Correia, directora regional do Alentejo;
Dr. Júlio Isidoro Cabrita, director regional do Algarve;

e para aplicação no âmbito estrito das respectivas direcções regionais, a competência para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Despacho Normativo n.º 6/2005, de 18 de Janeiro.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação.

23 de Fevereiro de 2005. — Pelo Conselho de Administração: *Ponte Zeferino*, vogal — *Luís Durão*, vogal.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS, DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

Despacho conjunto n.º 203/2005. — O Instituto Politécnico de Castelo Branco solicitou o corte de sobreiros e de azinheiras para a implementação da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD) e Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART).

Estão em causa 217 sobreiros e azinheiras, em 3 ha de povoamento florestal, que radicam na propriedade Quinta da Torre Chaparral, freguesia e concelho de Castelo Branco.

Ficou demonstrado:

- O interesse económico e social do empreendimento, bem como a sua sustentabilidade, uma vez que vai permitir a criação de um conjunto de infra-estruturas para o desenvolvimento e consolidação do ensino superior;
- A inexistência de alternativas válidas de localização;
- Não ser exigível declaração de impacte ambiental, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pela declaração de rectificação n.º 7-D/2000, de 30 de Junho.

Face ao exposto, e encontrando-se reunidas as condições estabelecidas no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, declara-se a imprescindível utilidade pública do empreendimento nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do diploma citado.

15 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*. — A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Luís José de Mello e Castro Guedes*.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO TURISMO

Despacho conjunto n.º 204/2005. — A PORTUCALE — Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S. A., pretende levar a efeito na Herdade da Vargem Fresca, no município de Benavente, o projecto integrado de desenvolvimento agro-turístico, numa área de 509,2960 ha.

O projecto a executar contempla a execução de uma operação de loteamento, bem como a implantação de dois campos de golfe, no âmbito de um empreendimento turístico.

Considerando que em parte da zona na qual se pretende desenvolver o referido empreendimento se encontra, todavia, um montado de sobreiros, sendo necessário em fase de execução do mesmo proceder ao abate de 2605 sobreiros;

Considerando que se trata de um empreendimento de imprescindível utilidade pública e de relevante e sustentável interesse para a economia local, na medida em que constitui um factor de desenvolvimento local e regional que pode permitir a criação de um considerável número de postos de trabalho numa zona em que a população, geralmente trabalhadora rural, enfrenta grandes dificuldades de obtenção de emprego, particularmente nas camadas etárias mais jovens;

Considerando que o município de Benavente dispõe de Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/95, de 7 de Dezembro;

Considerando que a área a abranger pelo referido empreendimento se encontra abrangida pela Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Benavente, delimitada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2002, de 23 de Março, abrangendo, nomeadamente, áreas associadas a cabeceiras de linhas de água;

Considerando que, de acordo com o parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), a área objecto do referido empreendimento goza de uma vocação turística, na medida em que se encontra qualificada no Plano Director Municipal em vigor como espaço turístico, área turística proposta;

Considerando que, de acordo com parecer emitido pela CCDRLVT, o empreendimento turístico da PORTUCALE, objecto da deliberação da Câmara Municipal de Benavente de 18 de Janeiro de 1993, rectificada por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território de 7 de Setembro de 1993, apesar de se incluir em áreas classificadas como REN do referido município, configura uma acção já prevista ou autorizada para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro;

Considerando o parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza;

Considerando que, por deliberação de 3 de Agosto de 1998, a Câmara Municipal de Benavente qualificou o referido projecto como empreendimento de grande importância para a economia da região;

Considerando que a PORTUCALE — Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S. A., se comprometeu a proceder a uma densificação da plantação de sobreiros na área onde permanecerá o montado para compensar o abate dos sobreiros nas zonas em que se pretende proceder ao referido corte;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, o corte dos 2605 sobreiros a abater se encontra sujeito a autorização do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, esta última condicionada à apresentação pela proponente na Direcção-Geral dos Recursos Florestais do respectivo projecto de arborização e do plano de gestão;

Considerando que a proponente se compromete a obter todas as licenças e autorizações legalmente exigíveis:

Assim:

No uso das competências do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro do Turismo, previstas no Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, reconhece-se a imprescindível utilidade pública do empreendimento turístico a executar pela PORTUCALE — Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S. A., no prédio rústico denominado Vargem Fresca, descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 01838/180691 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 27 da Secção G-8 da freguesia de Samora Correia, município de Benavente, sem prejuízo da demais legislação aplicável relevante, nomeadamente do disposto no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, sujeito aos conditionalismos acima referidos.

16 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Luís José de Mello e Castro Guedes*. — O Ministro do Turismo, *Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

Despacho n.º 4928/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 19.º, n.º 3, e 20.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, e sob proposta do Conselho Científico deste Instituto, é nomeado o júri das provas de acesso à categoria de investigador auxiliar requeridas pela assistente de investigação deste Instituto Dr.ª Maria João da Silva Rodrigues Soares, com a seguinte composição:

Presidente — Doutor Jorge Braga de Macedo, presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.
Vogais:

Doutor João Paulo Oliveira e Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.